

**Cooperativa dos Produtores Rurais da
Bahia – Cooperfarms**

**Demonstrações financeiras dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, e o relatório
dos auditores independentes**



RTA-134-2021

Ribeirão Preto SP, 23 de março de 2021.

À
Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia – Cooperfarms
Luís Eduardo de Magalhães BA

Atenção do Senhor **Marcelo Leomar Kappes**
Presidente

Prezado Senhor:

Encaminhamos-lhe as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Pedimos a gentileza de nos devolver a via protocolada desta carta para nosso controle e arquivo.

Atenciosamente,

Moore Prisma Auditores Independentes**Ricardo Aurélio Rissi**
Diretor

Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia – Cooperfarms

**Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019,
e o relatório dos auditores independentes**

Sumário

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais.....	5
Demonstrações do resultado.....	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	10

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras**

Aos administradores e cooperados da
Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia – Cooperfarms
Luís Eduardo de Magalhães BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia - Cooperfarms ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia - Cooperfarms em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas – NBC TG 1000 (R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 26 de fevereiro de 2021.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3 S BA



Ricardo Aurélio Rissi
CRC 1SP137183/O-8 S BA

Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia – Cooperfarms

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>		<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.585.040	5.666.564	Fornecedores	11	12.831.205	11.778.039
Contas a receber	5	3.774.683	15.356.814	Obrigações com cooperados	12	749.131	558.166
Estoques	6	12.298.113	15.544	Obrigações sociais e trabalhistas		292.932	234.888
Impostos e contribuições a recuperar	7	333.948	340.156	Impostos e contribuições a recolher	13	728.198	905.671
Adiantamentos	8	9.626.862	10.729.406	Provisão para férias e encargos		395.939	313.998
Despesas antecipadas		11.409	-	Venda para entrega futura	14	5.701.842	9.250.805
Total do ativo circulante		<u>33.630.055</u>	<u>32.108.484</u>	Adiantamentos de clientes	15	4.241.249	2.024.308
				Outras obrigações	16	7.490	47.950
				Total do passivo circulante		<u>24.947.986</u>	<u>25.113.825</u>
Não circulante				Patrimônio líquido			
Realizável a longo prazo				Capital social		669.817	687.007
Investimentos	9	1.190.502	1.037.722	Reserva legal		6.891.850	5.260.550
Imobilizado	10	434.176	472.566	Reserva de assistência técnica, educacional e social – RATES		558.197	698.364
Intangível		3.916	5.797	Sobras à disposição da AGO		2.190.799	1.864.823
Total do ativo não circulante		<u>1.628.594</u>	<u>1.516.085</u>	Total do patrimônio líquido	17	<u>10.310.663</u>	<u>8.510.744</u>
Total do ativo		<u>35.258.649</u>	<u>33.624.569</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>35.258.649</u>	<u>33.624.569</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia – Cooperfarms

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

	Nota	2020	2019
Ingresso operacional líquido	20	180.625.555	189.919.262
Dispêndios com produtos e mercadorias vendidos e serviços prestados		(167.961.800)	(177.765.244)
Sobra bruta		12.663.755	12.154.018
(Dispêndios) ingressos operacionais			
Dispêndios com pessoal		(4.339.358)	(4.362.642)
Dispêndios gerais e administrativos		(3.474.148)	(2.050.180)
Outros ingressos operacionais		33.097	4.431
Outros dispêndios operacionais		(1.287.013)	(1.329.270)
		(9.067.422)	(7.737.661)
Sobra antes do resultado financeiro		3.596.333	4.416.357
Resultado financeiro			
Ingressos financeiros		1.125.770	673.570
Dispêndios financeiros		(1.040.171)	(473.478)
	21	85.599	200.092
Sobra/lucro antes do imposto de renda e contribuição social		3.681.932	4.616.449
Imposto de renda e contribuição social	22	-	(213.574)
Sobra/lucro líquido do exercício		3.681.932	4.402.875
Mutações patrimoniais e constituições estatutárias			
Realização do RATES		345.230	101.857
Transferência do lucro com ato não cooperado para RATES		-	(485.172)
Compensação do prejuízo com terceiros com reserva legal		419.332	-
Constituição de reservas legais e estatutárias:			
Reserva Legal		(2.050.632)	(1.958.852)
Reserva Assistência Técnica Educacional e Social – RATES		(205.063)	(195.885)
Sobras à disposição da AGO		2.190.799	1.864.823

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia – Cooperfarms

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Sobra líquida do exercício	<u>3.681.932</u>	<u>4.402.875</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>3.681.932</u></u>	<u><u>4.402.875</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia – Cooperfarms

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

	Capital social	Reserva legal	RATES	Sobras à Disposição da AGO	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	687.007	5.260.550	698.364	1.864.823	8.510.744
Destinações da Assembleia Geral	-	-	-	(1.862.863)	(1.862.863)
Integralização de capital	24.000	-	-	-	24.000
Baixas de capital por saída de cooperados	(41.190)	-	-	-	(41.190)
Utilização da RATES	-	-	(345.230)	345.230	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	3.681.932	3.681.932
Constituição de Reserva Legal	-	2.050.632	-	(2.050.632)	-
Constituição da RATES	-	-	205.063	(205.063)	-
Compensação dos prejuízos com terceiros com reserva legal	-	(419.332)	-	419.332	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	669.817	6.819.850	558.197	2.190.799	10.310.663

	Capital social	Reserva legal	RATES	Sobras à Disposição da AGO	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	663.007	2.301.795	119.164	999.903	4.083.869
Destinações da Assembleia Geral	-	999.903	-	(999.903)	-
Integralização de capital	24.000	-	-	-	24.000
Baixas de capital por saída de cooperados	-	-	-	-	-
Utilização da RATES	-	-	(101.857)	101.857	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	4.402.875	4.402.875
Constituição de Reserva Legal	-	1.958.852	-	(1.958.852)	-
Constituição da RATES	-	-	195.885	(195.885)	-
Transferência do lucro com ato não cooperado para RATES	-	-	485.172	(485.172)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	687.007	5.260.550	698.364	1.864.823	8.510.744

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia – Cooperfarms

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	3.681.932	4.402.875
Ajustes por:		
Perdas com créditos esperadas	(101.601)	255.069
Ajuste a valor presente	(101.352)	-
Depreciações e amortizações	156.253	148.448
Valor residual da baixa do imobilizado	5.089	-
(Aumento) redução nos ativos:		
Contas a receber	11.651.141	(11.684.161)
Estoques	(12.282.569)	1.496.632
Impostos e contribuições a recuperar	6.208	108.345
Adiantamentos	1.102.544	(9.828.824)
Despesas antecipadas	(11.409)	-
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	1.187.110	7.595.215
Obrigações com cooperados	190.965	97.015
Obrigações sociais e trabalhistas	58.044	147.199
Impostos e contribuições a recolher	(177.473)	745.565
Provisão para férias e encargos	81.941	80.414
Venda para entrega futura	(3.548.963)	9.250.805
Adiantamento de clientes	2.216.941	1.548.323
Outros passivos circulantes e não circulantes	(40.460)	(624.046)
Recursos líquidos provenientes das operações	<u>4.074.341</u>	<u>3.738.874</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aumento dos investimentos	(152.780)	(10.000)
Aquisições do imobilizado e do intangível	(121.072)	(34.451)
Recursos líquidos provenientes das atividades de investimentos	<u>(273.852)</u>	<u>(44.451)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	24.000	24.000
Baixas de capital por saída de cooperados	(41.190)	-
Distribuição de sobras	(1.864.823)	-
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamentos	<u>(1.882.013)</u>	<u>24.000</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>1.918.476</u>	<u>3.718.423</u>
Varição do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	7.585.040	5.666.564
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.666.564	1.948.141
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>1.918.476</u>	<u>3.718.423</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia – Cooperfarms

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

1 Contexto operacional

A Cooperfarms - Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia, fundada em 18 de Agosto de 2008, situada a Av. Luís Eduardo Magalhães, 2391, Jardim das Acácias 3ª Etapa, na cidade de Luís Eduardo Magalhães/BA, que contava com 297 e 305 cooperados no fim de 2020 e de 2019, nasceu num processo natural, a partir da decisão de um grupo de vinte e dois produtores rurais de se unirem para fortalecer o poder de compra coletivo agregando valor a sua produção, desenvolvendo os negócios dos cooperados com base em ações originais, criativas, éticas e justas, focadas em resultados sustentados e duradouros, que se traduzam em produtos e serviços de alta qualidade e com preços competitivos.

A Cooperativa é regida por seu Estatuto Social, no qual é determinado seu objetivo social predominante, qual seja: Congregar os produtores rurais legalmente habilitados para, com base na colaboração recíproca a que esses se obrigam como cooperados, sem finalidade de lucro, promover a mais ampla defesa de seus interesses econômicos. Para tanto, a Cooperativa opera, basicamente, na venda em comum de produtos agrícolas que lhes são entregues e prestação de serviços na intermediação das aquisições de produtos gêneros e artigos para o abastecimento de seus cooperados.

Impactos da COVID-19 nas demonstrações financeiras

A Administração avaliou os impactos e riscos relativos aos seus negócios causados pela pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19). A Administração identificou que mesmo com resultado positivo, mas inferior ao exercício de 2019, a pandemia não causou impactos nas atividades e atendimento ao cooperado. O resultado diminuiu por outros aspectos do agronegócio e negociações. A Administração segue monitorando todas as informações referentes a pandemia que está impactando a economia a nível mundial.

A pandemia do Coronavírus está causando não apenas um colapso de grande preocupação no sistema de saúde, mas afetando a economia nacional no geral. A crise fez com que as organizações em geral se reinventassem a forma de trabalho do seu dia a dia em busca de bons resultados e com a Cooperativa não foi diferente criamos meios e uma planejamento estratégico para que o nosso cooperado não ficasse prejudicado.

Nós como o ramo de cooperativa agro somos e estamos sendo essenciais para que a economia do nosso país não entrasse em colapso, nossos cooperados mantiveram a produção agrícola intensa, garantindo toda a matéria-prima necessária para que as agroindústrias continuassem seu trabalho e o alimento chegasse à mesa do consumidor.

Com certeza tanto o nosso país como o mundo inteiro perceberam durante a pandemia, como o agro é essencial para a segurança alimentar do País e, por conseguinte, da paz social.

O cooperativista de Luís Eduardo Magalhães mostrou que, especialmente no atual cenário de pandemia pelo COVID -19, todo movimento e intenção de cooperar são engrenagens de transformação individual e coletiva e umas das formas que encontramos para ajudar a comunidade neste momento foi unir as cooperativas agrícolas e assim realizamos entrega de álcool em gel e equipamentos de proteção individual ao Hemocentro Regional de Barreiras.

As cooperativas e a unidade já são parceiros da campanha de doação de sangue e cadastro de medula óssea Doar Faz Bem, realizada desde 2017, em Luís Eduardo Magalhães e que integra o movimento Dia C, uma agenda estratégica do cooperativismo brasileiro, com o objetivo de executar a responsabilidade social, colocando em prática os valores e os princípios cooperativistas por meio de ações voluntárias, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reconhecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

No ano de 2020 a cooperativa apresentou saldo superior a 200 mil reais destinados Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), decorrente da diminuição de negócios com atos não cooperados que neste ano apresentou prejuízo de R\$ 419.332. Já o resultado com atos cooperados totalizaram o valor de R\$ 4.101.264 e sobra líquida a disposição da AGO para o ano de 2021 de R\$ 2.190.799.

A Cooperativa segue cumprindo os protocolos de segurança e higienização determinadas pela OMS para garantir o bem-estar e a segurança dos colaboradores, cooperados e parceiros.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas CPC PME (R1), adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista em consonância com a Lei 5.764/1971 e NBC ITG 2004 – Entidades Cooperativas.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Cooperativa em 26 de fevereiro de 2021.

b Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma em respectiva nota explicativa.

c Moeda de apresentação e moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC PME (R1) exige que a Administração da Cooperativa faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Cooperativa e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas pela Cooperativa, nessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

a Instrumentos financeiros

A Cooperativa classifica seus ativos e passivos financeiros como instrumentos financeiros básicos, em conformidade com a política contábil da empresa e por atender as condições da seção 11 do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, portanto, são ativos financeiros básicos: i) caixa e equivalentes de caixa; ii) contas a receber; iii) outros créditos; e iv) investimentos.

Os passivos financeiros básicos são: i) fornecedores e prestadores de serviços; ii) adiantamento de clientes; e iii) outras obrigações.

Os ativos financeiros básicos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado. Os passivos financeiros básicos são mensurados pelo custo amortizado.

As aplicações financeiras e outros investimentos são mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

A Cooperativa reconhece os ativos e passivos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados, exceto os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Cooperativa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros básicos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

A Cooperativa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Cooperativa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros básicos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando em consideração as cotações de mercado ou as informações de mercado que possibilitem tal cálculo.

c Contas a receber

As contas a receber, tanto de terceiros como de cooperados, correspondem aos valores a receber pela venda de produtos, mercadorias e serviços no curso normal das atividades da Cooperativa. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (impairment) e ajuste a valor presente, quando aplicável. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment* e ajuste a valor presente, se necessário.

d Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é baseado pelo método de avaliação de estoque “custo médio ponderado” e inclui gastos para a aquisição e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor líquido de realização corresponde ao preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Cooperativa.

O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende as matérias primas, mão de obra direta, embalagens, outros custos diretos e os respectivos gastos indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas do balanço. Em caso de perda por desvalorização, esta é imediatamente reconhecida no resultado.

e Investimentos

Representados por participações societárias avaliadas pelo custo de aquisição e ajustados ao valor justo, que corresponde a efetiva participação da Cooperativa no capital social das investidas.

f Imobilizado

f.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e ajustado por reavaliação de ativos para os bens das contas de terrenos, edificações e veículos, com base em laudo de peritos independentes, e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos em outras receitas (despesas) no resultado.

f.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Cooperativa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

f.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada item. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g Intangível

Ativos intangíveis consistem em marcas e patentes e softwares adquiridos separadamente, reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados ao longo de sua vida útil estimada de cinco anos, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

h Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração da Cooperativa revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Administração da Cooperativa desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudança nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

i Fornecedores e obrigações com cooperados

As contas a pagar aos fornecedores e aos cooperados são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

j Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e quando o valor possa ser estimado com segurança.

k Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

l Reconhecimento de ingressos ou receitas

O ingresso/receita compreende o valor justo recebido ou a receber pela comercialização de produtos, mercadorias e serviços no curso normal das atividades da Cooperativa. O ingresso/ receita é apresentado líquido dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

m Venda de produtos

A Cooperativa reconhece o ingresso/receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada a propriedade desta, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Cooperativa, os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Cooperativa.

m.1 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

n Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social dos exercícios compreendem os tributos correntes. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Cooperativa nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

o Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas quando aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

p Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

q Capital social

As cotas do capital social de cada cooperado são classificadas no patrimônio líquido, conforme artigo 140, da Lei nº 13.097/2015. No caso de demissão, eliminação ou exclusão, os cooperados tem seu capital social devolvido conforme o Estatuto Social e a legislação cooperativista.

r Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Modalidade	2020	2019
Caixa e bancos conta movimento	1.472.143	1.151.495
Aplicações financeiras (i)	6.112.897	4.515.069
	<u>7.585.040</u>	<u>5.666.564</u>

- (i) Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Cooperativa. Em “Aplicações financeiras” estão registrados os Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remunerados com base em percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI),

considerando o valor, o prazo e a época da aplicação. As aplicações financeiras são realizadas em instituições financeiras de primeira linha no intuito de manter o poder aquisitivo da moeda corrente e gerar rendimentos seguros para a manutenção das operações da Cooperativa, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

5 Contas a receber

a Composição do saldo

Modalidades	2020	2019
Cooperados	2.495.273	1.978.234
Clientes	1.636.726	13.804.906
	4.131.999	15.783.140
(-) Perdas com créditos esperadas (i)	(324.725)	(426.326)
(-) Ajuste a valor presente (ii)	(32.591)	-
	3.774.683	15.356.814

(i) As perdas com créditos esperadas foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que contempla a situação individual dos cooperados, as garantias reais que suportam tais créditos e a avaliação dos consultores jurídicos. A provisão elaborada pela alta Administração da Cooperativa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas de contas a receber.

(ii) Calculado levando em consideração os prazos de vencimento dos títulos.

b Contas a receber por prazos de vencimento

	2020	2019
A vencer		
Até 30 dias	1.696.602	11.909.882
De 31 até 60 dias	152.744	853.705
De 61 até 90 dias	-	3.812
De 91 até 120 dias	-	3.812
De 121 até 150 dias	117.523	8.672
De 151 até 180 dias	452.373	364.792
Acima de 181 dias	628.382	662.927
	3.047.624	13.807.602
Vencidos		
Até 30 dias	637.554	1.314.387
De 31 até 60 dias	1.307	7.349
De 61 até 90 dias	-	8.149
De 91 até 120 dias	-	2.093
De 121 até 150 dias	26.437	2.093
De 151 até 180 dias	5.000	4.186
Acima de 181 dias	414.077	637.281
	1.084.375	1.975.538
	4.131.999	15.783.140

6 Estoques

Descrição	2020	2019
Mercadorias para revenda	12.456.758	15.544
(-) Ajuste a valor presente	(158.645)	-
Material de terceiros (i)	86.320.933	80.404.592
(-) Estoque de terceiros (i)	<u>(86.320.933)</u>	<u>(80.404.592)</u>
	<u>12.298.113</u>	<u>15.544</u>

- (i) Referem-se a produtos (insumos agrícolas) adquiridos pelos cooperados diretamente dos fornecedores e remetidos à Cooperativa somente para armazenagem. A retirada desse estoque ocorre em conformidade com a necessidade de utilização dos cooperados em suas propriedades.

A Administração da Cooperativa avaliou e criticou seus estoques concluindo que não há necessidade de constituir perdas estimadas para obsolescência de estoques e para estoques de movimentação lenta nos exercícios de 2020 e 2019.

7 Impostos e contribuições a recuperar

Descrição	2020	2019
ICMS a recuperar	253.099	255.231
IRRF a recuperar	733.718	627.188
IRPJ a compensar	17.906	17.906
CSL/PIS/COFINS retidos a compensar	91.961	79.042
ISSQN a recuperar	3.863	1.584
Outros tributos a recuperar	11.479	11.478
(-) Perdas estimadas para créditos de difícil realização	<u>(778.078)</u>	<u>(652.273)</u>
	<u>333.948</u>	<u>340.156</u>

A administração da Cooperativa avaliou os créditos tributários e decidiu constituir perdas estimadas para créditos com difícil realização para parte do saldo.

8 Adiantamentos

Descrição	2020	2019
Fornecedores (i)	9.584.452	10.723.959
Empregados	42.410	5.447
	<u>9.626.862</u>	<u>10.729.406</u>

- (i) O saldo é composto substancialmente por valores de compras de insumos agrícolas, conforme necessidade dos cooperados.

9 Investimentos

a Composição do saldo

Descrição	2020	2019
Imbuia Agropecuária Ltda. (i)	352.000	352.000
Adiantamento para futuro aumento de capital – Imbuia Agropecuária Ltda. (ii)	395.945	395.945
CCAB Participações S/A. (iii)	411.839	267.245
Sicred	30.718	22.532
	1.190.502	1.037.722

- (i) A participação da Cooperativa no capital social da investida, Imbuia Agropecuária Ltda., em 31 de dezembro de 2020, é de 16%, esta investida encontra sem movimentação no exercício. A Imbuia Agropecuária não teve demonstrações auditadas por auditores independentes.
- (ii) Refere-se ao adiantamento para futuro aumento de capital na empresa Imbuia Agropecuária Ltda. Até o encerramento do exercício social de 2020, a empresa não possui movimentação, sendo assim, não foi feito o cálculo de equivalência patrimonial.
- (iii) A participação da Cooperativa no capital social da investida CCAB Participações é de 1%. A CCAB S/A é investidora na CCAB Agro Ltda., que é a empresa que comercializa determinados insumos agrícolas aos cooperados da Cooperativa. Conforme acordo de cotistas a Cooperativa é responsável até o limite do investimento na CCAB Participações S/A pela possível inadimplência de seus cooperados. Como forma de segurança e acompanhamento, periodicamente a CCAB Agro Ltda. informa a posição financeira dos cooperados e com base avaliação dessas informações em 31 de dezembro de 2020 a Administração da Cooperativa entende que não há valores a serem registrados como perda. A CCAB Participações S/A emite os demonstrativos de acordo com o ano safra. Foi auditada por outros auditores e teve relatório emitido em fevereiro de 2021, com ênfase sobre a representação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 30 de junho de 2019. Não modificamos nossa opinião perante a ênfase do relatório.

b Movimentação dos investimentos

	Imbuia				
	Custo	AFAC	CCAB	Sicred	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	352.000	395.945	267.245	12.532	1.027.722
Adições	-	-	-	10.000	10.000
Saldos em 31 de dezembro de 2019	352.000	395.945	267.245	22.532	1.037.722
Adições	-	-	144.594	8.186	152.780
Saldos em 31 de dezembro de 2020	352.000	395.945	411.839	30.718	1.190.502

10 Imobilizado

a Composição do saldo

<u>Descrição</u>	<u>Taxa anual de depreciação</u>			<u>2020</u>	<u>2019</u>
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Benfeitorias em imóveis de terceiros	16 a 21%	351.081	(297.420)	53.661	114.167
Máquinas e equipamentos	10 e 20%	287.077	(104.203)	182.874	124.406
Móveis e utensílios	10%	126.301	(66.324)	59.977	42.109
Veículos	10 e 20%	277.102	(139.438)	137.664	191.884
		1.041.561	(607.385)	434.176	472.566

A Administração da Cooperativa revisou a vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas modificações relevantes nas estimativas anteriormente determinadas. Também, não foi identificada a necessidade de registro de ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (*impairment*).

b Movimentação do custo de aquisição

	Benefitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2019	349.871	210.013	89.052	277.102	926.038
Aquisições	1.210	23.279	9.962	-	34.451
Saldos em 31 de dezembro de 2019	351.081	233.292	99.014	277.102	960.489
Aquisições	-	93.785	27.287	-	121.072
Baixas	-	(40.000)	-	-	(40.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	351.081	287.077	126.301	277.102	1.041.561

c Movimentação da depreciação acumulada

	Benefitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2019	(176.439)	(85.476)	(48.442)	(30.998)	(341.355)
Adições	(60.475)	(23.410)	(8.463)	(54.220)	(146.568)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(236.914)	(108.886)	(56.905)	(85.218)	(487.923)
Adições	(60.506)	(30.228)	(9.419)	(54.220)	(154.373)
Baixas	-	34.911	-	-	34.911
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(297.420)	(104.203)	(66.324)	(139.438)	(607.385)

11 Fornecedores

a Composição do saldo

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fornecedores de mercadorias e serviços (i)	13.123.794	11.778.039
(-) Ajuste a valor presente (ii)	(292.589)	-
	<u>12.831.205</u>	<u>11.778.039</u>

(i) O saldo é composto substancialmente pelos valores a pagar à fornecedores de insumos agrícolas, adquiridos de acordo com a necessidade de cada cooperado, e entregues diretamente nos estabelecimentos dos cooperados ou no armazém da Cooperativa.

(ii) Calculado levando em consideração os prazos de vencimento dos títulos.

b Fornecedores por prazos de vencimento

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
A vencer		
Até 30 dias	567.140	10.161.019
De 31 até 60 dias	-	822.083
De 121 até 150 dias	267.699	-
De 151 até 180 dias	9.514.579	385.580
Acima de 181 dias	2.774.376	374.000
	<u>13.123.794</u>	<u>11.742.682</u>
Vencidos		
Até 30 dias	-	2.025
De 31 até 60 dias	-	12.317
De 181 até 360 dias	-	40
Acima de 361 dias	-	20.975
	-	<u>35.357</u>
	<u>13.123.794</u>	<u>11.778.039</u>

12 Obrigações com cooperados

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Obrigações com cooperados	<u>749.131</u>	<u>558.166</u>

Representado por valores a pagar aos cooperados pela entrega de sua produção agrícola à Cooperativa.

13 Impostos e contribuições a recolher

Descrição	2020	2019
IRRF (i)	57.798	471.274
ISS	63.355	55.018
IRPJ	-	150.686
CSSL	-	62.887
PIS	42.625	29.269
COFINS	196.341	134.789
ICMS	276.234	-
PROALBA	90.225	-
Outras retenções	1.620	1.747
	<u>728.198</u>	<u>905.670</u>

(i) O saldo é composto substancialmente pelos valores retidos de colaboradores sobre o pagamento da participação sobre os resultados da Cooperativa.

14 Venda para entrega futura

Descrição	2020	2019
Venda para entrega futura	<u>5.701.842</u>	<u>9.250.805</u>

As vendas para entrega futura têm como objetivo garantir o preço e antecipar as vendas de insumos agrícolas aos cooperados.

15 Adiantamentos de clientes

Descrição	2020	2019
Adiantamento de clientes	<u>4.241.249</u>	<u>2.024.308</u>

Os adiantamentos obtidos junto aos clientes têm como objetivo a viabilização financeira das compras dos produtos e insumos agrícolas vendidos.

16 Outras obrigações

Descrição	2020	2019
Provisão de comissões a repassar	-	47.950
Outras obrigações	7.490	-
	<u>5.530</u>	<u>47.950</u>

17 Passivos contingentes

Quanto a questões tributárias, de acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais dos diversos impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais (em geral cinco anos). Entretanto, a Administração da Cooperativa é de opinião que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados adequadamente e, em 31 de dezembro de 2020, não era conhecida nenhuma contingência relevante relativa a tributos, com perspectiva de perda provável.

18 Patrimônio líquido

a Capital social

O capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados e classificado no patrimônio líquido. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um só voto, independentemente do número de suas cotas partes.

b Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 50% para Reserva legal, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados e empregados da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação da Cooperativa;
- além dessas reservas a Assembleia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados para fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

c Sobras à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas legais e estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO), para deliberação quanto a sua destinação e são assim demonstradas:

Descrição	2020	2019
Sobra líquida do exercício	3.681.932	4.402.875
Compensação do prejuízo com terceiros com reserva legal (transferência do lucro com ato não cooperado para RATES)	419.332	(485.172)
Constituição de reservas legais e estatutárias:		
Utilização da RATES	345.230	101.857
Reserva legal – 50%	(2.050.632)	(1.958.852)
RATES – 5%	(205.063)	(195.885)
Sobras à disposição da AGO	2.190.799	1.864.823

As reservas estatutárias foram constituídas sobre a sobra líquida do exercício apurada entre o ato cooperado e não cooperado.

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei 5.764/1971 e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com a usufruição dos serviços da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas, conforme deliberação dos cooperados na Assembleia Geral.

19 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que tem autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir, controlar e fiscalizar as atividades da Cooperativa (Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal), inclusive executivos. As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2020:

a Transações comerciais

As transações comerciais com essas pessoas são realizadas em condições normais, portanto, nas mesmas condições dos demais cooperados em transações idênticas. Os saldos das partes relacionadas com a Cooperativa são os seguintes em 31 de dezembro de 2020:

Natureza da operação	Membros da Diretoria Executiva e Conselhos de Administração e Fiscal
Contas a receber – R\$	357.506
Produtos armazenados – R\$	6.419.305
Adiantamentos ativos - R\$	1.377.892
Fornecedores - R\$	757
Adiantamentos passivos - R\$	522.715

Os produtos armazenados referem-se substancialmente a defensivos e fertilizantes agrícolas para utilização na safra.

b Remuneração dos membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Fiscal

Os membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Fiscal não recebem nenhum tipo de remuneração pelas atividades desprendidas na Cooperativa.

20 Ingresso operacional líquido

Descrição	2020	2019
	Total	Total
Ingresso operacional bruto		
Vendas de produtos e mercadorias	177.173.383	189.072.347
Prestação de serviços	10.491.433	12.287.787
	187.664.816	201.360.134
Deduções do ingresso bruto		
Impostos incidentes sobre vendas	(6.353.204)	(5.897.166)
Deduções e abatimentos	(686.057)	(5.543.706)
	(7.039.261)	(11.440.872)
	180.625.555	189.919.262

21 Resultado financeiro

Descrição	2020	2019
Ingressos financeiros		
Rendimentos de aplicações financeiras	196.135	100.548
Juros recebidos de terceiros	479.104	404.688
Multas recebidos de terceiros	217.211	25.585
Descontos obtidos	233.320	142.749
	1.125.770	673.570
Dispêndios financeiros		
Juros pagos	(63.999)	(20.240)
Descontos concedidos	(36.566)	(87.455)
Outros dispêndios financeiros	(939.606)	(365.783)
	(1.040.171)	(473.478)
	85.599	200.092

22 Imposto de renda e contribuição social – correntes

As despesas de imposto de renda e contribuição social dos exercícios compreendem os tributos correntes. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Cooperativa nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes de operações com cooperados são isentas destes tributos. As operações com não associados são tributadas pelas alíquotas vigentes de acordo com a legislação atual.

23 Demonstração das sobras/lucros ou perdas/prejuízos de atos cooperativos e não cooperativos

Atendendo a Lei 5.764/1971 e a interpretação técnica ITG 2004 – Entidade Cooperativa, segue as demonstrações de sobras ou perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 de atos cooperativos e atos não cooperativos. Os critérios e alocações quanto às demonstrações nos atos considerados com não cooperados apresentadas em atendimento à Lei 5.764/1971 não foram base de auditoria específica de nossos auditores.

	2020			2019		
	Ato cooperado	Não cooperado	Total	Ato cooperado	Não cooperado	Total
Ingresso operacional líquido	173.776.745	6.848.810	180.625.555	160.308.167	29.611.095	189.919.262
Dispêndios com produtos e mercadorias vendidos e serviços prestados	(166.602.318)	(1.359.482)	(167.961.800)	(153.667.468)	(24.097.776)	(177.765.244)
Sobra bruta	7.174.427	5.489.328	12.663.755	6.640.699	5.513.319	12.154.018
(Dispêndios) ingressos operacionais						
Dispêndios com pessoal	(1.236.376)	(3.102.982)	(4.339.358)	(1.265.047)	(3.097.595)	(4.362.642)
Dispêndios gerais e administrativos	(953.220)	(2.520.928)	(3.474.148)	(1.198.058)	(852.122)	(2.050.180)
Outros ingressos operacionais	8.186	24.911	33.097	4.431	-	4.431
Outros dispêndios operacionais	(412.671)	(874.342)	(1.287.013)	(356.926)	(972.344)	(1.329.270)
	(2.594.081)	(6.473.341)	(9.067.422)	(2.815.600)	(4.922.061)	(7.737.661)
Sobra antes do resultado financeiro	4.580.346	(984.013)	3.596.333	3.825.099	591.258	4.416.357
Resultado financeiro						
Ingressos financeiros	86.896	1.038.874	1.125.770	547.415	126.155	673.570
Dispêndios financeiros	(565.978)	(474.193)	(1.040.171)	(454.811)	(18.667)	(473.478)
	(479.082)	564.681	85.599	92.604	107.488	200.092
Sobra/lucro antes do imposto de renda e contribuição social	4.101.264	(419.332)	3.681.932	3.917.703	698.746	4.616.449
Imposto de renda	-	-	-	-	(150.687)	(150.687)
Contribuição social	-	-	-	-	(62.887)	(62.887)
Sobra/lucro líquido do exercício	4.101.264	(419.332)	3.681.932	3.917.703	485.172	4.402.875

24 Instrumentos financeiros

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros básicos, como aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e contas a receber e a pagar. A administração dos instrumentos financeiros que a Cooperativa mantém é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* as condições vigentes de mercado.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Cooperativa não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo e também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco nos exercícios. Os resultados são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Cooperativa.

25 Gerenciamento de riscos

As operações da Cooperativa estão expostas a riscos de mercado e de operação, como risco de realização do contas a receber e o risco de ocorrência de sinistros. Em face das possíveis perdas na realização de ativos, foi constituída provisão para perdas sobre créditos. Os riscos são constantemente acompanhados pela Administração.

O gerenciamento dos riscos é feito pela Administração da Cooperativa no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos.

A Cooperativa encontra-se em contínuo processo de aprimoramento de seu sistema de controles internos e contábeis.

26 Cobertura de seguros

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

*** fim ***

REDE GLOBAL MOORE

Uma rede mundial que atua há mais de 100 anos com personalidade local.

Isso garante proximidade ao cliente e profundo conhecimento da sua região de atuação, respeitando culturas e legislações.

CONTATO

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º Andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP - Brasil

T 55 (16) 3019 7900
E moorerp@moorebrasil.com.br



www.moorebrasil.com.br

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.

PARECER ANUAL DO CONSELHO FISCAL DA COOPERFARMS - COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DA BAHIA CNPJ: 10.333.574/0001-35 NIRE 29400035884, endereço a Av. Luís Eduardo Magalhães, 2391, Bairro Jardim das Acácias 3ª Etapa na cidade de Luís Eduardo Magalhães – BA – 47.850-000.

PARECER ANUAL DO CONSELHO FISCAL

Nós membros do Conselho Fiscal da COOPERFARMS – Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia, em cumprimento ao que determina o artigo 69, letra “k” da 3ª Consolidação do Estatuto Social, examinamos o Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas do Conselho Administrativo, Parecer da Moore Prisma Auditores Independentes, atos do Conselho de Administração pertinentes ao exercício, bem como os demais movimentos, registros e documentos inerentes as funções do Conselho Fiscal referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, sendo assim somos de parecer que as referidas Demonstrações Contábeis representam a posição financeira e patrimonial da Cooperativa em 31 de dezembro de 2020, merecendo assim nossa recomendação favorável à Assembléia Geral para a sua aprovação.

Luis Eduardo Magalhães, 18 de março de 2021.

Francisco Raimundo Junior

Igor Bortolin

Rony Reimann